

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

“GOURMETIZARAM A BURRICE”:

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MAIS UMA FORMA DE

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL.

Jessica Marcelle de Araujo Martins

Rio de Janeiro

2023

JESSICA MARCELLE DE ARAUJO MARTINS

“GOURMETIZARAM A BURRICE”:
O PRECONCEITO LINGUÍSTICO COMO MAIS UMA FORMA
DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL.

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção de título de
Licenciado em Letras na habilitação
Português/Espanhol.

Orientador: Professor Doutor Luciano Prado da Silva

RIO DE JANEIRO

2023

Martins, Jessica Marcelle de Araujo .
“Gourmetizaram a burrice”: o preconceito linguístico
como mais uma forma de discriminação social/Jessica
Marcelle de Araujo Martins. – 2023.
27 f.

Orientador: Luciano Prado da Silva
Monografia (graduação em Letras habilitação
Português – Espanhol) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 27.
1. Variação linguística . 2. Preconceito linguístico -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de
Letras, 2023 I . Título.

A Deus, que é o Senhor da minha vida, à minha mãe, por ter me proporcionado uma vida diferente da que ela teve, para que eu pudesse chegar até esse diploma, à minha vizinha e ao meu tio, que tanto amo, aos meus amigos Desirée, Mariana e Antony, por fazerem da minha trajetória nessa faculdade mais leve, e ao professor e orientador Luciano Prado, por sua parceria, sensibilidade e paciência.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E VARIAÇÃO: A LÍNGUA COMO OBJETO DE ESTUDO	8
3	TRAÇANDO O CAMINHO QUE LEVA UMA NORMA A TER PRESTÍGIO, EM DETRIMENTO DE OUTRA.....	12
4	“GOURMETIZARAM A BURRICE!”.....	15
5	CAROLINA MARIA DE JESUS E O QUARTO DE DESPEJO.....	20
	5.1 PLURAL COM P DE “POBREMA”	21
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a posição de quinto maior país do mundo, com uma área territorial de 8.515.767.049 km². Na lista de países lusófonos, ou seja, onde se fala a língua portuguesa, ocupa a primeira posição, sendo aproximadamente 96 vezes maior que o território ocupado por Portugal. É comum que um país com essas características apresente uma vasta lista quando o assunto é diversidade, até mesmo pelo alto índice de desigualdade social que possui.

Diversidade, principalmente no Brasil, acaba tornando-se sinônimo de hierarquia, ou seja, elementos que compõem tal diversidade acabam influenciando certo poder em relação a outros, causando uma segmentação social, na qual, enquanto uns são privilegiados, recebendo prestígio social, outros são estigmatizados sofrendo preconceito.

O preconceito linguístico é o ato de discriminar uma pessoa pelo modo de falar e essa discriminação pode ocorrer tanto a nível socioeconômico como regional e cultural. A força das redes sociais, nos dias atuais, tem trazido à tona diversas formas de preconceitos, proporcionando debates (saudáveis ou não) e combates a essas formas. Porém, o discurso predominante de respeito e igualdade nessas redes acaba caindo em contradição (dentre muitas outras questões) quando se trata de preconceito linguístico, pois, além de não abordarem como preconceito, utilizam-se desse tipo de discriminação para até mesmo inferiorizar um oponente numa discussão, tentando invalidar seu argumento apontando o “mau” uso de seu português. Esse tipo de atitude até virou um *meme*: “Se quer ganhar uma discussão, começa a criticar o português da pessoa”.

Tal tipo de brincadeira esconde a ideia de que a capacidade intelectual de uma pessoa está ligada à sua boa fala. E, indo mais a fundo, a ideia de que a capacidade intelectual de uma pessoa está ligada à sua boa fala esconde o verdadeiro preconceito. Não se trata do que é dito, mas sim por quem é dito. Pode-se dizer que o preconceito linguístico nada mais é do que mais uma forma que pessoas encontraram de discriminar, ou seja, diminuir pessoas que já são socialmente desvalorizadas. Nada mais é do que um preconceito social. Bem como colocou Marcos Bagno em seu curso online “Variação linguística e ensino”: a avaliação linguística é irmã da avaliação social. Portanto, no presente trabalho, pretendo mostrar como esse tipo de discriminação não tem fundamento linguístico nenhum, sendo seu gatilho apenas questões extralinguísticas, como as já citadas no primeiro parágrafo.

No segundo capítulo, intitulado “Linguística, sociolinguística e variação: a língua como objeto de estudo”, disserto um pouco sobre, como o próprio capítulo já diz, a língua servindo de objeto de estudo, falando sobre a linguística e os conceitos presentes nessa

ciência. Referenciando os maiores nomes da área, faço um panorama sobre os conceitos de língua até chegar na língua como um fator social, concepção sociolinguística. Introduzo brevemente o preconceito linguístico ao falar de variação linguística e mostrar seus efeitos.

No terceiro capítulo, “Traçando o caminho que leva uma norma a ter prestígio, em detrimento de outra”, com base nos livros *Linguagem, língua e poder* de Maurizio Gnerre (2009) e *O Português Afro-Brasileiro* de Dante Lucchesi (2009), Alan Baxter e Ilza Ribeiro, falo sobre o conceito de legitimação e como ele pode estar ligado ao prestígio de uma norma. Vemos como a linguagem não tem como função apenas comunicar, mas também revela a posição que o indivíduo ocupa na sociedade. A heterogeneidade da língua reflete a heterogeneidade social. Faço uma viagem no tempo até o Brasil colônia para mostrar o início dessa polarização linguística do nosso país e o porquê da valorização de certas variantes, geralmente ligadas à elite, em detrimento de outras, geralmente ligadas à periferia, e como uma sofre influência da outra.

No capítulo quatro, “Gourmetizaram a burrice”, com base, principalmente, no livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?*, de Marcos Bagno (1999), autor referência no assunto, disserto a fundo sobre o preconceito linguístico e os mitos espalhados a respeito do assunto. Mostro como o saber português não está relacionado a saber a gramática normativa e trago diversos indícios de que tal preconceito não tem suas raízes fincadas em motivações linguísticas.

Já no capítulo final, “Carolina Maria de Jesus e o quarto de despejo”, trago Carolina Maria de Jesus e seu *Quarto de despejo* [1960] (1993) para refletir um pouco sobre a representatividade da escritora no campo da literatura e as críticas que sua escrita (ainda) recebe. Com exemplos retirados de sua obra, analiso a ausência da concordância de número no português, sendo este um dos fenômenos que mais sofrem rejeição dos falantes ditos “cultos” (ou apenas convencidos) da nossa língua e mostro o quanto o plural é redundante e sua ausência não prejudica em nada na compreensão da mensagem.

2 LINGUÍSTICA, SOCIOLINGUÍSTICA E VARIAÇÃO: A LÍNGUA COMO OBJETO DE ESTUDO.

Um dia eu estava em uma reunião informal na casa de amigos, quando o irmão de um deles me questionou acerca do meu futuro na área da Letras e eu respondi, dizendo que pretendia entrar para algum grupo de pesquisa. Ironicamente, ele respondeu que não havia o que pesquisar nessa área, porque todos já sabem o que é um adjetivo e um substantivo. Nesse dia, percebi o quanto ainda há uma ignorância não só no que diz respeito ao entendimento da língua como objeto de estudo, mas também ao conceito de língua. Costumamos resumir como língua portuguesa aquela que aprendemos na escola, pautada na gramática normativa. Porém, a língua é muito mais do que é ensinado em sala de aula e isso se torna mais claro quando estudamos linguística, que é a ciência que estuda a linguagem.

Enquanto a gramática normativa, além de descrever a língua, nos dita o que seria a forma correta de escrever e de falar, a linguística é unicamente descritiva. Enquanto, na gramática normativa, o conceito de certo e errado carrega um juízo de valor de certas variações em detrimento de outras, na linguística temos o gramatical e o agramatical, sendo gramatical uma sentença estruturalmente bem formulada dentro de um sistema de regras de uma língua e agramatical uma sentença estruturalmente mal formulada dentro desse mesmo sistema. Nessa perspectiva, “Nós vai pra praia” é uma frase gramatical, porque os termos que a compõem estão organizados dentro de um padrão possível no português. Diferente disso seria “Praia pra nós vai” ou, até mesmo, “Praia pra vai nós”, que, em português, são sentenças agramaticais, por não serem possíveis na nossa língua. Um exemplo comparativo seriam as interrogativas em inglês comparadas com a nossa. Em inglês, “Are you alright?” É uma sentença gramatical, porque em interrogativas há a inversão do sujeito com o verbo. Porém, se essa sentença fosse traduzida de forma literal para o português, tornar-se-ia agramatical em nossa língua: “Está você bem?”

A linguística passou a ser entendida como ciência a partir de Ferdinand Saussure, que delimitou, dentro desse campo macro de linguagem, a língua como objeto de estudo, distinguindo-a dos demais fatos da linguagem, sendo um deles a fala. Para Saussure, a língua é social, coletiva, homogênea e independente do indivíduo, composta por um sistema de signos comum a todos, como podemos ver a seguir:

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independente da vontade dos depositários. Esse modo de existência da língua pode ser representado pela fórmula: $1+1+1+1...= I$ (padrão coletivo) (SAUSSURE, 1977, p.27)

Já a fala, é tida por Saussure como a realização individual dessa língua, sendo “a soma do que as pessoas dizem e compreendem”: “Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. No caso, não há mais que a soma de casos particulares segundo a fórmula: (1+1’+1’’+1’’’...).” (SAUSSURE, 1977, p.28)

Devido a isso, Saussure descarta a fala como o objeto de estudo da linguística em si, pois sofreria intervenções do falante. Para ele, havia uma língua pura compartilhada por todos e essa língua poderia ser realizada de forma diferente por cada indivíduo. Essa condição dificultaria o estabelecimento das leis que estariam por trás do funcionamento da língua.

Dentre os grandes nomes da linguística temos Noam Chomsky e Willian Labov. A visão chomskyana de língua é biológica. Para Noam Chomsky, a linguagem é natural da espécie humana, sendo a língua um conhecimento abstrato que está localizado na nossa mente. Sendo assim, a aquisição da língua ocorre independente de estímulos externos suficientes, ou seja, nessa visão, a capacidade linguística do ser humano não está sujeita aos estímulos externos por ser algo inato.

A concepção laboviana entende a língua não como um fator biológico, mas social. Beline (2013, p.172) explica que, para Willian Labov, diferente do que Chomsky afirma, a língua não está localizada na nossa mente, mas em seu uso por uma comunidade de fala. Nessa visão, as ferramentas linguísticas que usamos podem ser explicadas não só linguisticamente, mas socialmente. Sendo assim, o material de trabalho de um sociolinguista são os fatos observados na fala real, no que de fato é dito em uma conversa. Em “Linguística? O que é isso?”, vemos como exemplo a pronúncia da palavra “produção”:

Considerando-se todos os povos lusófonos, é possível que o primeiro “o” dessa palavra seja mais recorrentemente pronunciado como [o] mesmo, mas podemos lembrar-nos de já ter ouvido alguém (a célebre cantora Maria Betânia, talvez??) dizendo pr[ó]dução, com [ó], vogal mais aberta que [o]. De forma semelhante, não é difícil imaginar a possibilidade de um a terceira pronúncia: pr[u]dução, com [u], vogal mais fechada do que [o]. (FIORIN, 2013, p.112)

A partir desse exemplo, podemos observar a heterogeneidade da língua. Uma mesma palavra sofre diversas variações em sua pronúncia, a depender do falante. O que acabamos de ver foi um exemplo de variação linguística, mais especificamente no nível da fonética, ou seja, do som. A Sociolinguística variacionista, campo fundado por Willian Labov, é a área da linguística que estuda a relação entre língua e sociedade, ocupando-se do fenômeno da heterogeneidade da língua. Parte do princípio de que a língua varia e que essa variação é

condicionada por fatores sociais. Observem o seguinte diálogo¹, retirado de comentários de um vídeo no YouTube²:

Pessoa 1: Essa guria é tão bonita que chega arder na nuca.

Pessoa 2: Não precisa também chamar ela de guria né kk.

Pessoa 3: @pessoa2 Isso é normal no Rio Grande do Sul, pq ela não pode chamar ela assim?

Pessoa 2: Por que pra mim acho que não é preciso chamar a menina de “Guria” é tipo um apelido sem graça se isso vc entende.

Pessoa 4: Mas guria não é apelido

Pessoa 2: Pra mim é

Pessoa 5: Aqui no sul é muito comum chamar de guria. Em SC pelo menos sim rsrs.

Pessoa 6: @pessoa2 “guria” eh o jeito q os gaúchos chamam “menina” igual em Portugal, menina lá eh “rapariga” não eh algo feio, eh só o sotaque kkk

Os comentários ganham a proporção de uma discussão, até que o simples tratamento “guria”, que não é bem recebido pela *pessoa 2*, torna-se uma ferramenta de ofensa.

Pessoa 4: Garota, você já está enchendo o saco. “Guria” é normal sim. Você reclamar disso é a mesma coisa que você ir pra Portugal e reclamar deles falarem “rapariga”. Para de passar vergonha, saco.

Pessoa 2: e mesmo? Não te perguntei se estou enchendo o saco ou passando vergonha o problema é meu ou teu?

Pessoa 4: ok, guria.

Pessoa 2: Guria é você. Vai chamar outra assim pq não tem intimidade pra falar assim comigo.

Pessoa 4: Tudo bem, guria.

Pessoa 7: Reclama de guria mas fia é legal?

Pessoa 2: Sim melhor do que guria uma palavra estranha.

A tensão começou, como podemos observar, com apenas um comentário de uma pessoa que, ao que parece, vive no sul do país, elogiando a dançarina do vídeo, porém, utilizou

¹ O diálogo foi descrito de forma fiel ao texto original, ou seja, da mesma forma em que as mensagens foram escritas.

² Nerd recomenda. Any Gabrielly coreografando seu 1º Clipe com o grupo Now United - "Summer In the City". Youtube, 2 de abr.de 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/8R9DcbG-Pwk>>. Acesso em: 7 de nov. 2022.

a palavra “gurria” para se referir à menina. Uma outra pessoa achou ofensivo e resolveu criticar, resultando nessa confusão que vimos. Esse é um exemplo de variação lexical, que é a existência de várias formas com o mesmo significado que podem ser utilizadas em um mesmo contexto para um mesmo referente. Tanto *gurria*, como *menina* e *garota* são palavras do português e variáveis de um mesmo referente “Criança ou adolescente do sexo feminino”.

Criança ou adolescente do sexo feminino

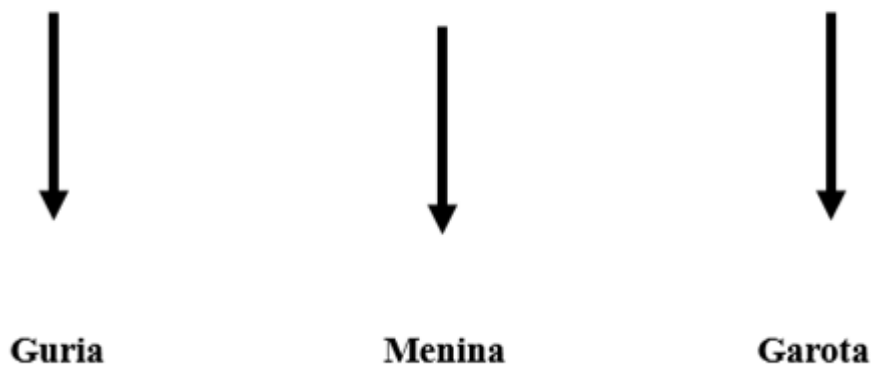


Ilustração 1

Um outro exemplo de variação lexical é “jerimum” e “abóbora”, ambos usados para se referirem à mesma coisa, porém usado em regiões diferentes, sendo “jerimum” nas regiões do Nordeste e “abóbora” nas regiões do Sul e do Sudeste.

Socialmente, a variação pode ser diatópica, quando se dá a nível regional, como o exemplo anterior, diafásica, que ocorre dependendo da situação, podendo ser formal ou informal, diastrática, que diz respeito a grupos ou classes sociais e diacrônica, levando em consideração a forma de falar de épocas distintas. Linguisticamente a variação pode ocorrer a nível lexical, fonético, morfológico e sintático.

É importante reforçar que a sociolinguística trata de variação. Desta forma, diferente do que ocorreu no diálogo retirado do YouTube, não cabe classificar certas variantes como certas ou erradas, mas dizer que elas terão um valor social positivo ou negativo, e é justamente quando entra em vigor essa avaliação que identificamos o preconceito linguístico. As variantes estigmatizadas socialmente geralmente estão ligadas a grupos que recebem o mesmo tratamento. Você é o que você fala.

3 TRAÇANDO O CAMINHO QUE LEVA UMA NORMA A TER PRESTÍGIO, EM DETRIMENTO DE OUTRA.

Entende-se como legitimação “o processo de dar ‘idoneidade’ ou ‘dignidade’ a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita” (HABERMAS, 1976 *apunt* GNERRE, 2009, p.8). Esse reconhecimento é dado por entidades superiores como o Estado e o poder, consideradas neutras, assim como seus decretos, que passam a ser aceitos e predominantes sobre toda uma sociedade. Para que uma variante passe pelo processo de legitimação é necessário que ela seja associada à escrita. A associação de uma variante à escrita determina o seu grau de prestígio em relação às outras e esse processo é facilitado quando esta variante pertence a um grupo de grande influência política e cultural.

Quando falamos de preconceito linguístico, o argumento mais utilizado pelos defensores da causa contrária a essa discriminação é o fato de a finalidade da linguagem ser a comunicação. Assim, se a comunicação ocorre com êxito, a linguagem cumpre sua função. Desta forma, não há o que ser questionado ou apontado. Decerto, essa é uma das principais funções da linguagem. Uma das. Apesar de comunicar com êxito ser, de fato, de extrema importância, já que um menor equívoco que seja, tanto do falante como do ouvinte, pode comprometer toda uma conversa, essa é apenas uma das muitas funções que a linguagem apresenta.

Em seu livro *Linguagem, escrita e poder* (2009), Maurizio Gnerre apresenta a linguagem como uma representação da posição social que o falante ocupa ou acha que ocupa, já que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes” (GNERRE, 2009, p.6). Desta forma, ao utilizar a linguagem, o falante não está apenas se comunicando, mas também refletindo, por meio desta, sua influência em relações econômicas e sociais. Quantas vezes nos perguntamos o porquê de o inglês ocupar socialmente uma posição de “língua universal”? Não precisamos necessariamente saber a língua de todos os países para viajar e explorá-los, já que na maioria deles temos informações importantes como placas de trânsito, de metrô, tanto na língua oficial do país como em inglês, funcionários de estabelecimentos bilíngues. Para qualquer lugar do mundo que vamos, conseguimos nos comunicar usando o inglês. Isso ocorre devido à supremacia política, econômica e cultural que possui os Estados Unidos. Pode-se dizer que o uso de uma variante num âmbito de ordem política e cultural é de grande importância para que esta se sobressaia em relação às outras e, assim, passe a ser associada à escrita, ganhando legitimidade em seguida. Desta forma, a

variante de uma determinada comunidade passa a ser implantada como uma variante comum a todos de uma sociedade, ganhando uma certa “oficialidade” perante o Estado.

Na época do Brasil colônia, enquanto a língua geral era utilizada nas zonas periféricas, por causa da submissão e tentativa de aculturação dos indígenas, a língua portuguesa predominava nos centros fortemente ligados à economia mercantilista. Em meio a esse contexto comercial, a economia açucareira era uma enorme potência sociopolítica, propiciando um contexto de prestígio. Assim, a língua utilizada pelos administradores, altos funcionários e autoridades eclesiásticas passa a ser adotada pela elite da época, ganhando um prestígio social, enquanto na casa-grande, nas zonas mais rurais, a língua dos senhores sofre uma forte influência do português padrão adquirido com limitações pelos escravizados, já que a língua utilizada na comunicação entre eles era o português. Surgem, então, os primeiros indícios da dicotomia norma de prestígio - norma estigmatizada.

Em 1888, com a abolição da escravidão, os, agora, ex-escravizados abandonados pelas políticas públicas, dividiram-se:

Alguns receberam doações de terra e se dedicaram a uma cultura de subsistência, ficando à margem do grande processo produtivo. Mais marginalizados foram aqueles que abandonaram as grandes fazendas e se deslocaram ainda mais para o interior, em busca de locais ermos, onde pudessem livremente subsistir; confinando com a situação em que já se encontravam as comunidades quilombolas, de escravos foragidos. Se se dirigiam para as cidades, os ex-escravos eram mantidos nas periferias, em situação de grande miséria e marginalidade. (LUCCESI, 2009, p.52)

Nesse contexto de exclusão, formaram-se comunidades compostas por esses ex-escravizados, nas quais, às margens do processo produtivo, mantinham as mudanças ocasionadas pelo processo de contato entre línguas e, em casos mais extremos, a preservação do falar crioulo³ ou de línguas francas de base lexical africanas. Assim, enquanto no interior do país a língua sofria mudanças devido ao processo de transmissão linguística irregular, nos centros urbanos a elite conservava a “pureza” da língua pautada nos padrões de Portugal. Temos, então, o início da polarização linguística no Brasil, sendo, de um lado, o português dos “bem instruídos” e, do outro, o dos marginalizados.

Com a implementação da industrialização, a construção de rodovias que ligavam todas as regiões nacionais e o crescimento da influência dos meios de comunicação, houve um abrandamento nas diferenças linguísticas entre a elite e a população da época. Os mais de três milhões de imigrantes que vieram para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, direcionaram-se para as áreas rurais, adquirindo o português popular transmitido por ex-escravizados ou descendentes desses. Ao ascenderem, esses imigrantes levaram consigo algumas das estruturas advindas desse português, fazendo com que tais estruturas circulassem na norma culta da elite. Porém, também houve uma

³ Língua natural que surge como resultado da mescla da língua do colonizador com a do colonizado. No Brasil atual, num contexto extralinguístico, também é um termo pejorativo para se referir a pessoas negras.

influência de cima para baixo, por meio dos meios de comunicação, da socialização entre os dois polos, facilitada pelos novos meios de transporte implementados e pelo sistema público de ensino, fazendo com que essas comunidades marginais sofressem uma influência tanto cultural como linguística da elite.

4 “GOURMETIZARAM A BURRICE!”

[...] Quando nós, falantes escolarizados de uma variedade urbana culta, rimos (ou temos pena) de alguém que diz prantá no lugar de plantar, aproveitamos essas diferenças de pronúncia para mostrar que nós não pertencemos àquela classe social, àquela comunidade “atrasada”, que não fazemos parte daquele grupo desprestigiado... Queremos deixar bem clara a distância social, econômica e cultural que existe entre nós e aquele falante de não-padrão. E é daí que nasce o preconceito linguístico... (BAGNO, 2006)

Em uns dos meus muitos momentos em redes sociais, me deparei com uma postagem sobre preconceito linguístico e resolvi abrir os comentários para ler as discussões sobre o tema. Um dos comentários me chamou tanto a atenção que mereceu virar título deste trabalho: “Gourmetizaram a burrice!”. Fui procurar melhor a definição de *gourmetizar* e encontrei a seguinte, em um site de um cozinheiro satírico, que mais perfeita e direta seria impossível:

Gourmetizar é se apropriar de uma embalagem estética para vender um produto ruim. Isso pode ser feito de diversas maneiras. Por exemplo: sou dono de uma fábrica de chocolate e, como vocês bem sabem, a Páscoa vem aí. Crio um novo produto chamado 'chocolate gourmet' Na verdade é o mesmo chocolate, apenas melhorei um pouco a embalagem. Pronto, já posso vender 3 vezes mais caro.⁴

Resumindo as palavras acima, *gourmetizar* nada mais é do que pegar algo simples ou “mal-feito” e incrementar para parecer algo bonito e sofisticado. É isso que o termo preconceito linguístico é para muitas pessoas (já que o pensamento expressado pelo autor do comentário não é um caso isolado): uma forma de sofisticar a “burrice”, sendo esta uma ação de quem é “burro”. Para pessoas que compartilham esse pensamento, quem não fala “certo” (pelo menos o que a gramática normativa prega como certo) é “uma pessoa com pouca inteligência”⁵

O professor, linguista e filólogo Marcos Bagno, na introdução de seu livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz diz*

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 1999, p.9)

Quando se fala de variação linguística, se fala de pluralidade, diversidade e diversidade implica categorização e, quando se fala de categorização, torna-se impossível não falar sobre juízo de valor, hierarquia. De acordo com o senso comum, pode-se dizer que o uso da língua se divide entre dois grupos: os que falam “certo” e os que falam “errado”. O conceito de “falar

⁴ In: <https://www.gastrolandia.com.br/opiniaio/o-que-e-gourmetizacao/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

⁵ In: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/burro?q=Burro>. Acesso em 30 de maio de 2023.

certo” está ligado, teoricamente, à fala que corresponde aos padrões linguísticos impostos pela gramática normativa, a qual está associada à fala de pessoas cultas, escolarizadas e o “falar errado” seria toda fala que se desvia desse padrão, sendo associadas a esse conceito a fala de pessoas menos escolarizadas, fazendo com que esse grupo seja tachado como um grupo de pessoas que não sabem gramática.

Como vimos acima, o conceito utilizado para fazer esse juízo de valor entre os dois grupos é o conceito de gramática normativa, que é

o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrada pelos bons escritores. Dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém “conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”. (Franchi, 2006, p.16)

Observa-se que tal conceito de gramática surgiu baseado em regras usadas por escritores com um certo nível de prestígio social, ou seja, trata-se de uma norma legitimada, uma norma literária, vinculada à língua escrita.

“CECI N’EST PAS UNE PIPE”! Foi exatamente a esse brilhante exemplo que Marcos Bagno recorreu para tentar, quase que literalmente, desenhar que língua e fala não são a mesma coisa. A frase pertence ao famoso quadro do pintor belga René Magritte (1898-1967) chamado “A traição das imagens”, em que o artista apresenta a figura de um cachimbo com a frase logo abaixo dizendo “Isto não é um cachimbo”. De fato, a imagem, em si, não é um cachimbo, mas uma representação gráfica de um cachimbo. Bagno usou “A traição das imagens” para nos mostrar a “traição da linguagem”, já que o mesmo ocorre com a fala e a escrita. Segundo o autor, a escrita não é a fala, mas sim “uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada” E acrescenta que é “na língua falada que ocorrem mudanças e variações que incessantemente vão transformar a língua.” (BAGNO, 1999, p.55)

E falando em transformar a língua, torna-se impossível não citar o “tenebroso” “framengo” (que até o corretor do meu computador quis ter certeza de que era isso mesmo que eu estava querendo dizer), usado por muitos até mesmo em discussão de torcidas para diminuir os torcedores do time. Como sabemos, muitas pessoas se referem ao time de futebol Flamengo como “Framengo”, trocando o “l” pelo “r” e tornam-se motivo de chacota por isso. O que muitos não sabem é que tal fenômeno estigmatizado do atual português não-padrão contribuiu para a formação do português padrão (não tão atual assim). Trata-se do rotacismo, que do latim “plata” originou “prata” em nossa língua.

É incrível como pessoas insistem em discutir a evolução da humanidade, caracterizando como ignorância uma pessoa acreditar que o homem veio do barro, por questões de crença, mas

seguem ignorando a capacidade de “evolução” da nossa língua (também por questões de crença). Seria um sinal do que a internet chama de “militância seletiva”?

De acordo com o IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística), estima-se que em 2018, o número de analfabetos plenos com 15 anos ou mais era de 11,3 milhões. Como bem observou Bagno (1999) em seu livro, para um país que no ranking mundial de educação encontra-se na 67ª posição, parece no mínimo ingênuo, para não dizer cômico, a atitude de certos falantes em relação ao “mau uso” da norma dita padrão.

No livro *Mas o que é mesmo gramática?* encontra-se um relato sobre o gramático francês Vaugelas que, baseado em dados colhidos por ele mesmo do que observava dos “diferentes usos da linguagem” (entre aspas pois tais usos apresentam “um caráter privilegiado e acadêmico”), sobre o “bom uso” afirmou que “é maneira de falar da parte mais sadia da corte, de acordo com o modo de escrever da parte mais sadia dos escritores de seu tempo,” (Vaugelas, 1647 *apud* Franchi, 2006, p.18) abrangendo corte às “mulheres e os homens e muitas pessoas da vila em que o príncipe reside, que pelo acesso às pessoas da corte, participam de sua polidez” (ibidem, p.18). Sobre o povo diz “não é senão o mestre do mau emprego da língua” (ibidem, p.18). “Mau emprego da língua”? E o que ditaria esse “bom” ou “mau” emprego da língua?

A gramática normativa, inicialmente, tinha a função de descrever um determinado dialeto presente na sociedade, porém foi tomada por esta como uma bíblia da linguagem, sendo que representa somente uma parte dessa sociedade. Muitos acreditam que para falar “bem” português precisa saber tudo que está na gramática, mas isso é só mais um equívoco muito do ingênuo (prefiro assim acreditar), já que a língua não existe por causa da gramática, mas sim a gramática existe numa tentativa de descrever a língua (pelo menos parte dela). A gramática só existe porque a língua existe e se aquela já não cumpre mais o seu papel de descrever essa, está falhando em sua função. Não é a língua que está errada ou feia por não seguir a gramática, mas a gramática que já se encontra defasada, antiquada por não acompanhar a dinamicidade da língua. “Não se fala mais como antigamente”? Sim, porque os falantes de hoje já não são mais os de antigamente e quando se fala de língua se fala de seres humanos, porque “só existe língua se houver seres humanos que a falem” (BAGNO, 1999, p.9). Então, se existem seres humanos que falam “os menino tudo”, isso é português sim!

O grande problema está no fato de a gramática normativa ter passado a atuar como um “instrumento de poder e de controle”, como observou Bagno, fazendo com que assim houvesse uma inversão e tais regras passaram a representar aquilo que seria a língua. Desta

forma, o que não faz parte dessa gramática, automaticamente, não faz parte da língua. Parece ilógico, não é? Decerto, parece bem ilógico...

Essa ideia de que quem não fala de acordo com o que é prescrito não sabe português origina mitos absurdos como “português é difícil”. De fato, o português pode ser difícil para um falante de uma outra língua que está tentando aprendê-lo, já que todos nós enfrentamos certas dificuldades na hora de aprender uma segunda língua. Agora, como uma língua que já falamos pode ser difícil? A questão é: qual português é difícil? O português que utilizamos no nosso dia a dia para nos comunicarmos, sem nenhum problema ou o português que é passado pra gente, que insiste em acreditar que usamos pronomes pessoais “o” e “a”? O português que faz com que tenhamos que “decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós”? Como bem disse Bagno (1999, p.35):

No dia em que nosso ensino de português se concentrar no uso real, vivo e verdadeiro da língua portuguesa do Brasil é bem provável que ninguém mais continue a repetir essa bobagem. Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela.

Exatamente isso que lemos: todo falante sabe sua língua! Um falante de português nunca pronunciaria uma sentença como “Para praia vou a”, porque ele sabe intuitivamente que seria agramatical, já que a ordem dos termos da oração no português basicamente é sujeito, verbo e objeto. Ele não diz isso porque está na gramática que ele tem que dizer, mas está na gramática porque um dia alguém descreveu que um falante de português disse isso.

Marcos Bagno (1999, p.39) afirma que “o ensino tradicional de língua portuguesa não leva em conta o português brasileiro”. De fato! Por essa razão, pessoas passam anos estudando o português e saem da escola com a sensação de que ainda não sabem. Mais uma vez: como alguém pode não saber a própria língua? Sabemos que língua é sinônimo de poder. Hoje, as pessoas que pensam não saberem sua própria língua acabam tornando-se inseguras nesse aspecto. Essa insegurança faz com que os mais escolarizados, os que acreditam ter o domínio da língua exerçam uma posição de superioridade em relação aos “inferiores” É aí que surge o ato de discriminação linguística.

Sustentar que “português é muito difícil” é cavar uma profunda trincheira entre os poucos que “sabem a língua” e a massa enorme de “asnos” (termo usado por Luiz Antonio Sacconi em seu livro Não erre mais!) que necessitam, assim, do “auxílio” indispensável daqueles “mestres” para saltar com segurança por sobre o abismo da ignorância. (BAGNO, 1999, p.39)

Usando as palavras de Bagno: “No fundo, a ideia de que ‘português é muito difícil’ serve como mais um dos instrumentos de manutenção de *status quo* das classes sociais privilegiadas”. Como diz a canção Xibom Bombom “É que o de cima sobe e o de baixo desce.”⁶

⁶ XIBOM bombom. Intérprete: As meninas. Compositores: R.Gaspar e W. Rangel. *In XIBOM bombom*. Intérprete: As meninas. [S.l.]: Universal Music, 1999. 1 CD. Faixa 1.

5 CAROLINA MARIA DE JESUS E O QUARTO DE DESPEJO

“As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.” JESUS [1960] (1993, p.33)

Imaginemos uma mulher, negra, periférica, que decide relatar sua vida pobre na favela em manuscritos e estes se tornam um livro, que vende 2.500 cópias por dia, tornando-se um best-seller em 11 países, dos 16 em que foi vendido, sendo traduzido em mais de 30 idiomas e adaptado para teatro, rádio, televisão, fazendo com que a autora se torne uma referência na literatura brasileira. Essa é a história de Carolina Maria de Jesus mais que resumida.

Com apenas a segunda série, atual terceiro ano do fundamental, Carolina não era diferente de suas semelhantes. Na realidade, sua vida era um típico exemplo da vida de uma mulher negra da época. O nível baixo de instrução não era uma exceção à regra. Muitas dessas mulheres viviam em situação de pobreza e eram obrigadas, muitas vezes literalmente, pela própria família, a deixarem os estudos, ainda crianças, para trabalharem e ajudarem em casa. Uma realidade não tão distante da minha geração. Somente na minha família, tenho duas gerações como exemplo. Minha avó analfabeta que nunca frequentou uma escola, porque minha bisavó lhe colocou para trabalhar desde nova e, conseqüentemente, reproduziu o mesmo com minha mãe, que começou a trabalhar aos 11 anos. Ambas trabalharam como faxineiras na casa de pessoas nada estranhas. Minha avó na casa de uma madrinha e minha mãe na casa de uma professora. As figuras das patroas podem, de fato, chocar, mas só refletem o nível de normalidade da situação na época. Diante desse cenário, Carolina tinha tudo para ser apenas mais uma. Mas não foi.

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira de grande relevância e bastante citada quando o assunto é o preconceito linguístico. Isso porque as obras de Carolina eram recheadas de desvios gramaticais. Isso fazia com que muitos desvalorizassem sua escrita (afinal, poderia sair algo de bom do quarto de despejo?). Nascida em 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, Carolina viveu parte de sua história em São Paulo, na favela de Canindé, onde morou com seus filhos, sendo o cenário de sua maior obra: *Quarto de despejo - Diário de uma favelada*.

No documentário *Carolina de Jesus, a escritora além do quarto* (2020), sua filha Vera Eunice relata que viviam em situação de pobreza. Não tinham móveis, nem utensílios de cozinha, sendo tudo isso substituído por caixotes e latas improvisadas. Não tinham sapatos, não sabiam se a comida chegaria. Segundo Vera Eunice, a vida era só “em busca de comida”. Não

é à toa que Carolina Maria de Jesus dizia que a favela era o quarto de despejo da sociedade. Não é à toa que esse foi o nome dado a sua principal obra.

Quarto de despejo - Diário de uma favelada, publicado em 1960, é o diário de Carolina Maria de Jesus, em que relatava suas vivências diárias na favela e fora dela, como catadora de papel. O relato que abre o livro lembra muito a fala de sua filha, já aqui citada:

15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. JESUS [1960] (1993, p.9)

Junto com todo o sucesso do livro, vieram muitas críticas. Como já citamos, Carolina era uma catadora de papel com pouca instrução escolar. Logo, seus manuscritos continham os chamados “erros de português”. Muitos desvalorizavam a obra por causa desses desvios gramaticais, levantando-se muitos questionamentos sobre ser ou não necessário uma adaptação da obra para a nossa norma padrão. Os desvios não retiram a complexidade da obra, como podemos ler na citação abaixo:

Para Joel Rufino dos Santos, Carolina Maria de Jesus não teve lugar reconhecido na história de nossa literatura, até hoje. O autor enfatiza, que por meio de Jesus, em *Quarto de despejo* [(1960)1995;2000], podemos avistar melhor os acontecimentos, ou série de acontecimentos, tão distantes entre si, o populismo, a origem das favelas, o racismo, o golpe de 64, o êxodo rural, etc. Carolina foi o que os dicionários chamam de grafomaníaca: pessoa com tendência compulsiva, doentia, a fazer registros gráficos, rabiscos e, especialmente, escrever em qualquer superfície ou material imediatamente acessível (SANTOS, 2009 *apud* SOUZA, 2018, p.67).

5.1 Plural com P de “pobrema”

Um dos fenômenos que mais sofrem rejeição na língua portuguesa é a ausência de concordância de número, que é mais característico da fala de pessoas menos escolarizadas, apesar de aparecer também na fala não monitorada dos falantes ditos cultos. Sendo Carolina Maria de Jesus parte do primeiro grupo, é claro que encontramos muitas dessas construções em sua obra, que nos servirá como corpus nesta seção.

O plural, em português, é atribuído pela desinência pluralizadora -S. Dessa forma, quando queremos nos referir a dois ou mais objetos ou pessoas, acrescentamos, na maioria das vezes, a desinência - S ao final da palavra e de outros termos que compõem a frase junto com essa palavra. Por que “na maioria das vezes”? Bom, porque, é claro, existem exceções à regra.

Um exemplo são as chamadas palavras *Pluralia tantum* (“Somente no plural”, em latim), que já possuem a desinência -S em sua forma singular. Assim, no plural, sua forma mantém-se a mesma.

De acordo com Bechara, na *Moderna gramática do português*, “A flexão de número, em português, pelo mecanismo da concordância, se estende ao adjetivo (e demais adjuntos do substantivo) e ao verbo, quando este entra em concordância de número com a pessoa do sujeito.” (2009, s/p.) Ou seja, para indicar que um único termo da oração está no plural, tudo que está ao seu redor também precisa, necessariamente, de acordo com a gramática normativa, estar apresentando esta mesma informação, como podemos ver nos exemplos a seguir, retirados da obra de Carolina.

1. [As mulheres já estavam] na torneira. JESUS [1960] (1993, p.15)
2. [As pessoas de mais idade trabalham], [os jovens é que renegam] o trabalho. (Ibidem, 1993, p.16)
3. [Os meus filhos estão] defendendo-me. (Ibidem, 1993, p.17)

Nos exemplos acima, podemos observar que há concordância em todos os termos da oração referentes ao sujeito. Vemos que a pluralidade é expressa nos artigos (As, as, os), nos substantivos (mulheres, pessoas, jovens, filhos) e nos verbos (estavam, trabalham, renegam, estão). Em (3) vemos também a presença de um possessivo (meus), que também está concordando em número com “filhos”. Porém, observemos os exemplos abaixo:

4. Quando despertei, [os raios solares penetrava] pelas frestas do barracão. JESUS [1960] (1993, p.13)
5. A noite enquanto [elas pede] socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses (Ibidem, 1993, p.14)
6. Enquanto [os esposos quebra] as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. (Ibidem, 1993, p.14)

Em (4), o fato de o verbo “penetrava” não estar concordando com o sujeito “raios solares” em número, não leva ninguém a crer que se trata apenas de um raio solar, pois o sintagma nominal (SN) já se encarrega de fornecer essa informação. Em (5), o mesmo ocorre com “elas pede socorro”. O fato de o verbo não estar no plural, não altera a informação contida no pronome pessoal “elas” de que se trata de mais de uma mulher, assim como sabemos que

em (6) fala-se de mais de um “esposo”. Como bem observou um professor de faculdade: o plural é redundante. Isso quer dizer que a ideia de pluralidade é expressa mais de uma vez. Agora, observe os exemplos citados escritos da seguinte maneira:

4.1. Quando despertei, [os raio solar penetrava] pelas frestas do barracão.

5.1. A noite enquanto [elas pede] socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses.

6.1. Enquanto [os esposo quebra] as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados.

Podemos observar que a informação do plural está apenas no artigo (em 5.1 e em 7.1) e no pronome (6.1). Todo o resto da oração está no singular e, ainda assim, não nos leva a crer que se trata de apenas um raio solar, porque é apenas disso que precisamos. Apenas um termo da oração indicando pluralidade já nos é suficiente para entendermos que aquele sujeito refere-se a mais de um elemento. Sendo a finalidade de um discurso comunicar algo, mesmo quando alguém transmite uma informação para nós, na qual não há concordância de número entre os elementos da frase, mas a informação está contida em apenas um deles, isso não prejudica o conteúdo da informação. O problema com a ausência de concordância na fala de algumas pessoas não tem base linguística. É um problema meramente social. Como se vê em *Linguística? Que é isso?*, são formas linguisticamente indiferentes e socialmente relevantes (FIORIN, 2013).

Temos visto, durante todo este trabalho, que a língua varia. Sim, de fato, varia. Porém, não de qualquer maneira, ao ponto de virar um caos linguístico. A heterogeneidade da língua é ordenada. Não se trata de cada um falar do jeito que bem entende, como você já deve ter se perguntado. Como já vimos no primeiro capítulo, que falou sobre alguns termos da linguística, na sociolinguística, fala-se sobre formas possíveis e não possíveis em português ou gramaticais e não gramaticais. Vejamos as possibilidades gramaticais e não gramaticais de um exemplo retirados da obra de Carolina, analisando a concordância no SN.

7. [Os políticos só aparecem] aqui nas épocas eleitoraes. JESUS [1960] (1993, p.28)
8. [Os político-∅ só aparecem] aqui nas épocas eleitoraes.
9. [Os político-∅ só aparece-∅] aqui nas épocas eleitoraes.
10. *[O-∅ políticos só aparecem] aqui nas épocas eleitoraes.
11. *[O-∅ políticos só aparece-∅] aqui nas épocas eleitoraes.

De acordo com a sociolinguística, tanto (7) como (8) e (9) são formas possíveis na língua portuguesa, sendo (7) correspondente à norma padrão e (8) e (9) não correspondentes. Porém, não só são formas possíveis na língua portuguesa como observa-se suas realizações com bastante frequência na fala de pessoas com baixa escolaridade, ou seja, que não tiveram tanto acesso assim à norma padrão, e com menos frequência na fala de pessoas com mais escolaridade. Porém, elas são sim possíveis em nosso idioma. Agora, em relação à (10) e (11), podemos dizer que são agramaticais, pois suas realizações não são possíveis na língua portuguesa. Não se encontra tal construção com a marcação do plural apenas no núcleo na fala de brasileiros e é possível que sua realização numa roda de conversa de amigos cause estranhamento, por não ser uma construção pertencente à nossa língua. Se (8) e (9) forem considerados erros, não se pode ignorar que há uma regularidade nesses “erros”, já que podemos observar uma regra de marcação de plural nos determinantes. Se assim for, todo mundo erra igual.

Beline, em seu capítulo *Língua e variação*, no livro *Linguística? Que é isso?*, diz o seguinte:

Assim, em vez de “certo/errado”, seria sociologicamente mais apropriado entender que, entre as possibilidades que uma língua oferece e que são factualmente atestadas nos usos, haverá valores, significados sociais a elas associados. Alguns deles são positivos, outros são negativos. A explicação para o fato de que a variante “marca de plural em todos os elementos de um sintagma” é prestigiada (associada às classes mais altas, escolarizadas), bem como a explicação para o fato de que a chamada “ausência de concordância” é uma variante, em princípio, sem prestígio (geralmente associada a classes mais baixas, menos escolarizadas), está na história social da própria língua. Isso quer dizer que não há nenhuma razão “essencial”, linguística, para que seja esta, e não aquela, a forma desprestigiada. (BELINE, 2013, p. 117 e 118)

Como já vimos, mais que a função de comunicar, a nossa fala carrega cultura, origem, comunica nossa posição social. Muitas vezes, a discriminação vem travestida de zelo. Acrescento, como uma cereja em um bolo, às palavras de Fiorin a observação mais que especial da Tia Irene da novela sociolinguística de Marcos Bagno “A língua de Eulália”:

O português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo, Verinha. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que freqüentam as escolas públicas. Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil — país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo o mundo —, o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado “feito”, “deficiente”, “pobre”, “errado”, “rude”, “tosco”, “estropiado”. (BAGNO, 2006, p. 27)

O problema não é a ausência de concordância de número ou até mesmo o rotacismo. O problema é o que, ou melhor, quem esses fenômenos linguísticos representam. A sua fala denuncia se você pertence à sala de visitas, com lustres de cristais ou ao quarto de despejo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não. Este trabalho não é um pedido de impeachment da nossa gramática normativa. O objetivo não é incitá-lo (sendo bem normativista) a sair às ruas protestando contra seu governo. Entretanto, sim. Pode ser considerado um desabafo, uma denúncia em forma de monografia. O foco em si não é necessariamente em como a língua funciona, mas em como nós, seres humanos, temos muita criatividade para sermos preconceituosos, hipócritas, arrogantes e prepotentes. Nossa necessidade de superioridade para com o outro pode ser expressa de diversas formas, inclusive por meio da língua. Este trabalho é uma tentativa de trazer um pouco de luz às trevas que podem estar nos impedindo de enxergar a realidade. A evidência é: preconceito linguístico não tem fundamentação linguística. O que você vai fazer com essa informação daqui para frente é uma decisão sua. Muito é exigido dos governantes (e com razão), mas existem grandes mudanças que podem acontecer na nossa sociedade a partir, apenas, de pequenas mudanças nos nossos relacionamentos interpessoais, como por exemplo, optar sempre pelo respeito ao próximo. Nem sempre é falta de informação. Às vezes é ausência de metanóia.

Referências

BAGNO, M. **A língua de Eulália : novela sociolingüística. 15. ed.** — São Paulo: Contexto, 2006.

———. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2014.

BELINE, Ronald. **A variação linguística.** In: FIORIN, J.L (org.). Introdução à linguística. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. p. 122.

CORRÊA DE SOUZA, Alessandra. **Violência e Exclusão em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus e Piel de Mujer de Delia Zamudio / Alessandra Corrêa de Souza.** -- Rio de Janeiro, 2018. P. 67.

FIORIN, J.L (Org.) **Linguística? Que isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática.** São Paulo: Parábola, 2006.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder.** 5ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. - (Coleção linguagem)

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1993.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 1977 [1916].

TV BRASIL. **Caminhos da reportagem: Carolina de Jesus, a escritora além do quarto.** YouTube, 22 de nov. de 2020. Disponível em <<https://youtu.be/6AvUP-IoYEO>>